

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

www.alesc.sc.gov.br/diario-da-assembleia

ANO LXXV

FLORIANÓPOLIS, 25 DE JUNHO DE 2026

NÚMERO 9.068

MESA

Julio Garcia
PRESIDENTE

Fernando Krelling
1º VICE-PRESIDENTE

Padre Pedro Baldissera
2º VICE-PRESIDENTE

Ana Campagnolo
1ª SECRETÁRIA

Jair Miotto
2º SECRETÁRIO

Lucas Neves
3º SECRETÁRIO

Oscar Gutz
4º SECRETÁRIO

BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO POR SANTA CATARINA UB/PSD/PRD

Líder: Napoleão Bernardes
UB PSD
Dr. Vicente Caropreso Napoleão Bernardes
PRD

BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL DEMOCRÁTICO MDB/PSDB

Líder: Antídio Lunelli
MDB PSDB
Volnei Weber Marcos Vieira

BLOCO PARLAMENTAR PODEMOS/NOVO/REPUBLICANOS

Líder: Rodrigo Fachini
PODEMOS NOVO
Rodrigo Fachini Matheus Cadorin
REPUBLICANOS
Sergio Motta

BLOCO PARLAMENTAR DEMOCRACIA, INCLUSÃO SOCIAL E IGUALDADE PT/PSOL

Líder: Fabiano da Luz
PT PSOL
Fabiano da Luz Marquito

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA PDT

Líder: Rodrigo Minotto

PARTIDO LIBERAL PL

Líder: Marcius Machado

PARTIDO PROGRESSISTA PP

Líder: José Milton Scheffer

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Pepê Collaço - Presidente
Rodrigo Minotto - Vice-Presidente
Alex Brasil
Fabiano da Luz
Maurício Peixer
Matheus Cadorin
Mauro De Nadal
Napoleão Bernardes
Volnei Weber

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Paulinha - Presidente
Napoleão Bernardes - Vice-Presidente
Carlos Humberto
Fabiano da Luz
Marcos Vieira
Pepê Collaço
Sargento Lima
Sérgio Guimarães
Tiago Zilli

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Marcos Vieira - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Antídio Lunelli
Camilo Martins
Marcos da Rosa
Jessé Lopes
José Milton Scheffer
Mário Motta
Sargento Lima

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Ivan Naatz - Presidente
Paulinha - Vice-Presidente
Dr. Vicente Caropreso
Luciane Carminatti
Mário Motta
Maurício Peixer
Rodrigo Minotto
Sérgio Guimarães
Tiago Zilli

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Jessé Lopes - Presidente
Sargento Lima - Vice-Presidente
Fabiano da Luz
Marcos da Rosa
Paulinha
Pepê Collaço
Tiago Zilli

COMISSÃO DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

Altair Silva - Presidente
Maurício Eskudlark - Vice-Presidente
Camilo Martins
Marcos Vieira
Mário Motta
Mauro De Nadal
Berlanda

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E FAMÍLIA

Junior Cardoso - Presidente
Berlanda - Vice-Presidente
Jessé Lopes
Marquito
Mauro De Nadal
Pepê Collaço
Sergio Motta
**COMISSÃO DE TRANSPORTES,
DESENVOLVIMENTO URBANO
E INFRAESTRUTURA**
Volnei Weber - Presidente
Sérgio Guimarães - Vice-Presidente
Altair Silva
Camilo Martins
Fabiano da Luz
Maurício Eskudlark
Maurício Peixer

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Luciane Carminatti - Presidente
Mário Motta - Vice-Presidente
Alex Brasil
Camilo Martins
Ivan Naatz
Marquito

COMISSÃO DE SAÚDE

Neodi Saretta - Presidente
Dr. Vicente Caropreso - Vice-Presidente
José Milton Scheffer
Junior Cardoso
Maurício Eskudlark
Maurício Peixer
Paulinha

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Matheus Cadorin - Presidente
Marcos da Rosa - Vice-Presidente
Carlos Humberto
Fabiano da Luz
Berlanda
Pepê Collaço
Tiago Zilli

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Antídio Lunelli - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Alex Brasil
Junior Cardoso
Matheus Cadorin
Rodrigo Minotto
Sargento Lima

COMISSÃO DE TURISMO

Carlos Humberto - Presidente
Napoleão Bernardes - Vice-Presidente
Dr. Vicente Caropreso
Alex Brasil
Marquito
Paulinha
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Marquito - Presidente
Volnei Weber - Vice-Presidente
Altair Silva
Carlos Humberto
Ivan Naatz
Matheus Cadorin
Napoleão Bernardes

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

José Milton Scheffer - Presidente
Maurício Peixer - Vice-Presidente
Jerry Comper
Junior Cardoso
Marquito
Paulinha
Sargento Lima

COMISSÃO DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUÍTE E DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Mário Motta - Presidente
Fabiano da Luz - Vice-Presidente
Sargento Lima
Marcius Machado
Rodrigo Minotto
Sergio Motta
Jerry Comper

COMISSÃO DE DEFESA CIVIL E DESASTRES NATURAIS

Sérgio Guimarães - Presidente
Berlanda - Vice-Presidente
Altair Silva
Volnei Weber
Marquito

COMISSÃO DOS DIREITOS

DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
Dr. Vicente Caropreso - Presidente
Marcos da Rosa - Vice-Presidente
Camilo Martins
Ivan Naatz
José Milton Scheffer
Luciane Carminatti

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Rodrigo Minotto - Presidente
Camilo Martins - Vice-Presidente
Carlos Humberto
Jerry Comper
Junior Cardoso
Maurício Peixer
Neodi Saretta

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Marcos da Rosa - Presidente
Sergio Motta - Vice-Presidente
Antídio Lunelli
José Milton Scheffer
Marcius Machado
Marquito

COMISSÃO DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

Sergio Motta - Presidente
Alex Brasil - Vice-Presidente
Altair Silva
Jerry Comper
Junior Cardoso
Maurício Peixer

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS

Tiago Zilli - Presidente
Napoleão Bernardes - Vice-Presidente
Ivan Naatz
Marquito
Matheus Cadorin
Berlanda
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE ESPORTES E LAZER

Camilo Martins - Presidente
Mário Motta - Vice-Presidente
Carlos Humberto
Marcius Machado
Marquito
Mauro De Nadal
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE PROTEÇÃO, DEFESA E BEM-ESTAR ANIMAL

Marcius Machado - Presidente
Sérgio Guimarães - Vice-Presidente
Altair Silva
Antídio Lunelli
Fabiano da Luz
Sargento Lima
Sergio Motta

Diretoria Legislativa Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 Art. 19. À Diretoria Legislativa compete, especialmente: II - coordenar, supervisionar e controlar os trabalhos das Coordenadorias que a integram; (Redação dada pela Resolução nº 013, de 2009) Evandro Carlos dos Santos Diretor Coordenadoria de Publicação Art. 25. À Coordenadoria de Publicação compete, especialmente: VII - elaborar o Diário da Assembleia, publicando as proposições, atas, relatórios e outros documentos legislativos que forem encaminhados para esse fim; X - manter as publicações dos Diários atualizados na página da Assembleia Legislativa. Edson José Firmino Coordenador Diário da Assembleia Resolução nº 006, de 20 de julho de 2009 Instituiu o Diário Oficial Eletrônico da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. O Ato da Mesa nº 344, de 28 de setembro de 2021, regulamenta a Resolução nº 006, de 2009, que "Institui o Diário Oficial Eletrônico da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina".	DIÁRIO DA ASSEMBLEIA EXPEDIENTE  Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br Sede Administrativa Deputado Aldo Schneider Avenida Mauro Ramos, 300 CEP 88020-300 – Florianópolis - SC IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXXIV NESTA EDIÇÃO: 17 PÁGINAS Conforme o Ato da Presidência nº 001/2022, a certificação da publicação do diário é do Coordenador de Publicação da Alesc, sendo os seus conteúdos de responsabilidade dos setores conforme art. 10 do Ato da Mesa nº 344, de 28 de setembro de 2021.	ÍNDICE CADERNO LEGISLATIVO 2 ATAS.....2 SESSÃO PLENÁRIA.....2 COMISSÕES PERMANENTES....7 REDAÇÕES FINAIS..... 11 REDAÇÕES FINAIS..... 11 CADERNO ADMINISTRATIVO.. 13 GESTÃO DE PESSOAL, NORMATIVA, FISCAL E DE MATERIAIS..... 13 ATOS DA MESA..... 13 PORTARIAS 15 EDITAIS, LICITAÇÕES, CONVÊNIOS E CONTRATOS 16 EXTRATOS..... 16
--	--	---

CADERNO LEGISLATIVO

A T A S

SESSÃO PLENÁRIA

ATA DA 058ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 2 DE JUNHO DE 2026

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 10h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Alex Brasil - Altair Silva - Ana Campagnolo - Antídio Lunelli - Berlanda - Camilo Martins - Dr. Vicente Caropreso - Fabiano da Luz - Fernando Krelling - Jair Miotto - Jerry Comper - Jessé Lopes - José Milton Scheffer - Julio Garcia - Junior Cardoso - Lucas Neves - Luciane Carminatti - Marcius Machado - Marcos da Rosa - Marcos Vieira - Mário Motta - Marquito - Matheus Cadorin - Maurício Eskudlark - Maurício Peixer - Mauro De Nadal - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Pepê Collaço - Rodrigo Fachini - Rodrigo Minotto - Sargento Lima - Sérgio Guimarães - Tiago Zilli - Volnei Weber.

PRESIDÊNCIA - Deputado Padre Pedro Baldissera

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Esta Presidência no uso da sua prerrogativa dá a ata da última sessão por lida e aprovada. Informa que o expediente foi disponibilizado eletronicamente aos parlamentares.

Breves Comunicações

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Presidente) - Não havendo oradores inscritos, passa ao horário destinado aos Partidos Políticos.

Partidos Políticos

Partido: PSD

DEPUTADO MÁRIO MOTTA (Orador) - Destacou que algumas profissões informam, outras educam e outras protegem, mas poucas exercem simultaneamente todas estas funções como a imprensa, por isso o Dia Nacional da Imprensa não é uma data que pertence apenas a jornalistas, radialistas e comunicadores, é uma data que pertence à sociedade. O dia 1º de junho é o Dia Nacional da Imprensa, criado pela Lei Federal n. 9.831, de 13 de setembro de 1999, em homenagem ao *Correio Brasiliense*, em 1908, que foi o primeiro jornal diário impresso no Brasil. Relatou a história de como foi criado o *Correio Brasiliense*, citando que ele foi criado por Hipólito José da Costa, reconhecido como patrono da imprensa brasileira, que abordava política e economia. Ao final retrata que falar deste tema faz parte da sua trajetória pessoal, porque durante décadas esteve em estúdios de rádio, TV e redações de jornais, e que comunicar é construir confiança, transformar temas complexos a população, e neste contexto é que a imprensa séria se torna indispensável. *[Taquígrafa: Ana Maria]*

Partido: PSDB

DEPUTADO DOUTOR VICENTE CAROPRESO (Orador) - Manifestou preocupação com a falta de execução das emendas parlamentares impositivas destinadas aos municípios e às organizações da sociedade civil e defendeu a aprovação do Projeto de Lei nº 026/2026, que estabelece prazos para a operacionalização desses recursos. Mencionou casos concretos de emendas já pagas pelo Estado que permanecem sem utilização por longos períodos e esclareceu que tal situação compromete a efetividade da atuação parlamentar e prejudica a população beneficiária. Defendeu a criação de mecanismos que permitam a devolução dos recursos ao Estado quando não houver interesse ou providências por parte dos beneficiários para a sua execução.

Mencionou o Projeto de Lei nº 730/2026, de sua autoria, que visa garantir às mulheres o acesso seguro e eficaz às armas de incapacitação neuromuscular, mediante treinamento adequado. Esclareceu que a proposta surgiu a partir de demanda apresentada por profissionais da área da segurança pública e ressaltou a importância de sua apreciação diante do crescente número de casos de violência contra a mulher em Santa Catarina. Manifestou, ainda, o entendimento de que a matéria deve retornar à pauta da Comissão de Constituição e Justiça para apreciação e votação pelos parlamentares.

Esclareceu que a adoção de mecanismos de controle e fiscalização da execução das emendas parlamentares é essencial para preservar a credibilidade e a dignidade do Parlamento catarinense. Defendeu maior responsabilidade dos entes beneficiados e a correta aplicação dos recursos públicos destinados ao atendimento das demandas da sociedade. *[Taquígrafia: Jênifer]*

Ordem do Dia

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Presidente) - Dá início à pauta da Ordem do Dia.

Votação das redações finais dos Projetos de Lei números: 0662/2025, 0666/2025, 0705/2025, 0732/2025, 0742/2025, 0872/2025, 0926/2025, 0928/2025, 0137/2026, 0226/2026, 0228/2026 e 0251/2026.

Não há emendas às redações finais.

Em votação.

Os srs. deputados que as aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovadas.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0194/2023, de autoria do Deputado Sérgio Motta, que declara de utilidade pública ONG Com Fé Pela Vida com sede no município de Joinville, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que "Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina" para fazer constar nele o nome de tal entidade.

Conta com parecer favorável das Comissões.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0803/2025, de autoria do Deputado Lunelli, que declara de utilidade pública o Instituto Travessia, do município de Jaraguá do Sul, e altera o Anexo Único da Lei n° 18.278, de 2021, que "Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina".

Conta com parecer favorável das Comissões.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0197/2026, de autoria do Deputado Junior Cardoso, que declara de utilidade pública o Instituto Transformar, de São Francisco do Sul, e altera o Anexo Único da Lei n° 18.278, de 2021, que "Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina".

Conta com parecer favorável das Comissões.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0117/2026, de autoria do Deputado Marquito, solicitando à Secretária de Estado da Educação informações acerca da suspensão do fornecimento do lanche de chegada, servido aos estudantes do período noturno.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0194/2026, de autoria do Deputado Neodi Saretta, manifestando ao Presidente do Senado apoio à célere tramitação e aprovação do Projeto de Lei Complementar n° 149/2024, que visa assegurar o acesso ao tratamento adequado aos pacientes acometidos pela Síndrome Hemolítica Urêmica Atípica (SHUa).

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0195/2026, de autoria do Deputado Jessé Lopes, manifestando aos Policiais Militares Subtenente Antonio César Palhano Prestes e 3° Sargento Claudinei da Silva, aplauso por ato de bravura.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0196/2026, de autoria do Deputado Camilo Martins, manifestando ao Policial Militar 3° Sargento Jones, aplauso por ato de bravura.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0197/2026, de autoria do Deputado Napoleão Bernardes, manifestando ao Policial Militar Capitão Frederico Fernandes Simão, aplauso por ato de bravura.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0198/2026, de autoria do Deputado Napoleão Bernardes, manifestando ao Policial Militar Cabo Jair Pereira Júnior, aplauso por ato de bravura.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0199/2026, de autoria do Deputado Napoleão Bernardes, manifestando ao Policial Militar Cabo Renato Júlio de Souza, aplauso por ato de bravura.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0200/2026, de autoria do Deputado Napoleão Bernardes, manifestando ao Policial Militar Cabo Marciano Bortolomiotti, aplauso por ato de bravura.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0201/2026, de autoria do Deputado Napoleão Bernardes, manifestando ao Policial Militar Cabo Paulo Ricardo Cota, aplauso por ato de bravura.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0202/2026, de autoria do Deputado Marcos da Rosa, manifestando aos Policiais Militares Sargento Carlos Alberto Vieira Martins Júnior, Cabo Renato Angelo Bianchi, Soldado Ana Paula Boff da Silva, Soldado Nicolas Marques de Jesus, Soldado Matheus da Silva de Souza e Soldado Thuane Demarco Silva, aplauso por ato de bravura.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0203/2026, de autoria do Deputado Marcius Machado, manifestando ao Superintendente Regional do DNIT no Estado, apelo para a implantação de uma rótula de acesso ao Loteamento Verdes Campos, situado na BR-282, km 213, no Município de Lages.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

A Presidência comunica, que serão enviadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações números: 0405/2026, de autoria do Deputado Padre Pedro Baldissera; 0406/2026, de autoria do Deputado Lucas Neves; 0407/2026 e 0419/2026, de autoria do Deputado Neodi Saretta; 0408/2026, 0409/2026 e 0410/2026, de autoria do Deputado Carlos Humberto; 0411/2026, de autoria do Deputado Berlanda; 0412/2026, de autoria do Deputado Julio Garcia; 0413/2026, de autoria do Deputado Maurício Eskudlark; 0414/2026, de autoria do Deputado Ivan Naatz; 0415/2026, de autoria do Deputado Camilo Martins; 0416/2026, de autoria do Deputado Napoleão Bernardes; 0417/2026, de autoria do Deputado Lucas Neves; e 0418/2026, de autoria do Deputado Marcius Machado.

Esta Presidência comunica, ainda, que defere os Requerimentos números: 1546 a 1628.

Finda a pauta da Ordem do Dia. *[Taquígrafa: Sílvia]*

Explicação Pessoal

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (Orador) - Citou que Palma Sola é um município do qual tem orgulho, parabenizando o prefeito Marcio Sansigolo, o qual vem realizando uma gestão séria, comprometida e aberta ao diálogo junto aos vereadores. Frisou que, juntos, construíram uma parceria que já está gerando resultados concretos para a população.

Lembrou que o Governo do Estado, sob a liderança do Governador Jorginho Mello, tem olhado com atenção para o interior de Santa Catarina e que, de sua parte, destinou R\$750.000,00 em emendas parlamentares para Palma Sola.

Falou que esses recursos estão sendo direcionados para áreas essenciais do município: na infraestrutura, com a pavimentação de vias públicas, garantindo mais qualidade de vida; no esporte, o investimento possibilitará a construção de uma pista *pump track*, além de uma quadra esportiva; e, na educação, foram garantidos recursos para a aquisição de um veículo.

Comentou que Palma Sola merece esses investimentos e, como parlamentar, assumiu o compromisso de continuar trabalhando ao lado do prefeito Marcio, dos vereadores e de toda a comunidade para que o município siga crescendo e gerando oportunidades para todos.

Deputados Sargento Lima (Aparteante) - Corroborou a fala do deputado. *[Taquígrafia: Guilherme]*

DEPUTADO SARGENTO LIMA (Orador) - Enalteceu a importância da proteção dos interesses econômicos e culturais de Santa Catarina e manifestou preocupação com medidas adotadas pelo Ministério da Agricultura e Pecuária que, segundo seu entendimento, vêm impactando diretamente setores estratégicos da economia catarinense. Ressaltou que decisões recentes envolvendo a cadeia produtiva da tilápia, da proteína animal, do arroz, do leite e, mais recentemente, da língua Blumenau, têm gerado apreensão entre produtores e representantes do agronegócio estadual.

Enfatizou que a discussão acerca das exigências relacionadas à composição da língua Blumenau ultrapassa aspectos meramente comerciais, alcançando também a preservação de um produto tradicional e representativo da cultura catarinense. Destacou que alterações nas regras de produção podem comprometer características históricas do produto e afetar produtores que dependem economicamente dessa atividade.

Mencionou que diversas decisões do Ministério da Agricultura e Pecuária têm sido percebidas pelo setor produtivo como prejudiciais à competitividade de Santa Catarina, especialmente em segmentos nos quais o Estado se destaca nacionalmente pela qualidade e volume de produção. Defendeu maior diálogo entre o Governo Federal e os produtores catarinenses, a fim de evitar impactos negativos sobre a agricultura, a pecuária e a agroindústria estadual.

Esclareceu que o agronegócio representa uma das principais bases da economia catarinense, contribuindo significativamente para a geração de empregos, renda e arrecadação nos municípios. Ressaltou a necessidade de políticas públicas que fortaleçam o setor produtivo, preservem a identidade cultural regional e garantam segurança jurídica aos produtores.

Enfatizou a importância de que a população acompanhe atentamente as decisões e regulamentações que afetam diretamente a economia do Estado e defendeu a valorização do trabalho, da produção rural e das atividades que historicamente contribuem para o desenvolvimento de Santa Catarina. *[Taquígrafia: Milyane]*

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Presidente) - Não havendo mais oradores inscritos, encerra a sessão, convocando outra, ordinária, para a presente data, à hora regimental.

Está encerrada a sessão.

(Ata sem revisão dos oradores.)

[Revisão: Taquígrafa Sílvia]

COMISSÕES PERMANENTES**ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTES E LAZER DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA**

No dia 28 de abril de 2026, às 11h, em cumprimento aos artigos 133 e 136 do Regimento Interno, reuniram-se na Sala de Reunião das Comissões e por videoconferência, sob a presidência do Senhor Deputado Camilo Martins, os Senhores Deputados membros da Comissão: Deputado Napoleão Bernardes, substituindo o Deputado Mário Motta, conforme Ofício Interno nº 2272574/2026; Deputado Mauro de Nadal, Deputado Marquito e Deputado Rodrigo Minotto. Ausências justificadas do Senhor Deputado Carlos Humberto, conforme Ofício Interno nº 2272693/2026; e do Senhor Deputado Marcius Machado, conforme Ofício Interno nº 2270290/2026. Havendo quórum regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a 2ª Reunião Ordinária da Comissão de Esportes e Lazer da 4ª Sessão Legislativa da 20ª Legislatura, saudando os presentes e submetendo à apreciação a ata da 1ª Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa da 20ª Legislatura, a qual foi aprovada por unanimidade. Dando início à Ordem do Dia, passou-se à discussão e votação dos pareceres. O Senhor Presidente relatou, em bloco, o PL./0748/2025, de autoria do Deputado Mário Motta, que declara de utilidade pública o Grupo Escoteiro Continente, de Florianópolis e Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que “Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina” e o PL./0040/2026, de autoria da Deputada Ana Campagnolo, que declara de utilidade pública o Clube Esportivo Sab Vôlei Santa Catarina, de Itajaí, e Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que “Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina” para fazer constar nele o nome de tal entidade. Exarou pareceres favoráveis, em bloco, os quais foram submetidos à discussão e votação, restando aprovados por unanimidade. Na sequência, o Senhor Deputado Rodrigo Minotto relatou o PL./0041/2026, de autoria do Deputado Maurício Peixer, que declara de utilidade pública o Instituto Bike Ação e Cultura, de Joinville altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que “Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina”. Exarou parecer favorável, o qual, submetido à discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Ato contínuo, o Senhor Deputado Marquito relatou, em bloco, as seguintes matérias: PL./0377/2025, de autoria da Deputada Paulinha, que institui o evento “Na Fazenda - Festival Sertanejo” e altera o Anexo Único da Lei nº 18.531, de 2022, que “Consolida as leis que instituem datas e eventos alusivos no âmbito do Estado de Santa Catarina e estabelece o Calendário Oficial do Estado”; PL./0705/2025, de autoria da Deputada Paulinha, que declara de utilidade pública a Federação Interestilos Catarinense de Karatê - FICK, com sede no Município de Braço do Norte, e Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que “Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina” para fazer constar nele o nome da referida entidade e PL./0786/2025, de autoria do Deputado Fernando Krelling, que declara de utilidade pública o Grupo Escoteiro Pirabeiraba, de Joinville, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que “Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina”. Exarou pareceres favoráveis, os quais, submetidos à discussão e votação, também em bloco, foram aprovados por unanimidade. Na sequência, o Senhor Deputado Marquito procedeu à leitura, em bloco, dos relatórios e votos, do Senhor Deputado Mário Motta ao PL./0346/2025, de autoria do Deputado Camilo Martins, que declara de utilidade pública a Associação Recreativa Esportiva Assistencial Ituporanga - AREAI e Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que “Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina” para fazer constar nele o nome de tal entidade, bem como ao PL./0662/2025, de autoria do Deputado Pepê Collaço, que altera o Anexo I da Lei nº 16.720, de 2015, que “Consolida as Leis que dispõe sobre denominação de bens públicos no âmbito do Estado de Santa Catarina”, para o fim de denominar Michael Carvalho de Sousa a Quadra Poliesportiva Coberta da E.E.B. Machado Luz no município de Jaguaruna, extrapauta, com a devida anuência dos demais parlamentares. O relator exarou pareceres favoráveis, os quais, submetidos à discussão e votação, em bloco, foram aprovados por unanimidade. Por fim, o Senhor Presidente procedeu à leitura, em bloco, dos relatórios e votos, do Senhor Deputado Mauro de Nadal ao PL./0765/2025, de autoria do Deputado Camilo Martins, que declara de utilidade pública o Grupo Escoteiro Guajapirá 75/SC, de Presidente Getúlio e Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que “Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina” para fazer constar nele o nome de tal entidade e ao PL./0896/2025, de autoria do Deputado Jerry Comper, que altera o Anexo I da Lei nº 16.720, de 2015, que Consolida as

Leis que dispõem sobre denominação de bens públicos no âmbito do Estado Santa Catarina, para denominar de “Ginásio Poliesportivo Professor Cornélio Bazzani”, localizado no Município de Rodeio. O relator exarou pareceres favoráveis, os quais, submetidos à discussão e votação, em bloco, foram aprovados por unanimidade. Sem mais matérias a serem apreciadas, o Senhor Presidente franqueou a palavra aos presentes. Não havendo manifestações, agradeceu a presença dos Senhores Deputados e encerrou a presente reunião, da qual eu, Tatiane Mariza de Souto, Assessora Técnica de Comissão Permanente, lavrei esta Ata, que, após lida e aprovada pelos membros do colegiado, será assinada pelo Senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Florianópolis, 28 de abril de 2026.

Deputado **Camilo Martins**

Presidente da Comissão de Esportes e Lazer

Processo SEI 26.0.000033957-0

* * *

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA

No dia 29 de abril de 2026, às 13 horas e 30 minutos, em cumprimento aos artigos 133 e 136 do Regimento Interno, reuniram-se na Sala de Reunião das Comissões e por videoconferência, sob a presidência do Senhor Deputado Ivan Naatz e vice-presidência da Deputada Paulinha, os demais Deputados membros da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público: Deputado Maurício Peixer, Deputado Rodrigo Minotto e Deputado Sérgio Guimarães. Justificadas as ausências do Deputado Mário Motta, conforme Ofício Interno nº 2275810/2026/GAB-DEP-MARIO MOTTA; Deputada Luciane Carminatti, conforme Ofício Interno nº 326/2026/GAB-DEP-LUCIANE CARMINATTI; e do Deputado Tiago Zilli, conforme Ofício Interno nº 2276630/2026/GAB-DEP-TIAGO ZILLI. Havendo quórum regimental, o Senhor Presidente abriu a 4ª Reunião Ordinária da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, cumprimentou os presentes e colocou em discussão e votação as atas da 3ª Reunião Ordinária da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, e da 1ª Reunião Conjunta da Comissão de Constituição e Justiça, da Comissão de Finanças e Tributação e da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, que foram aprovadas por unanimidade. Dando início às deliberações, o Senhor Presidente submeteu à apreciação de matérias extrapauta: RCC/0011/2026, de autoria do Deputado Marquito, requerendo a realização de Audiência Pública, objetivando discutir a redução da jornada de trabalho e o fim da escala 6x1 no Brasil e em Santa Catarina. Ainda, o Senhor Presidente fez a leitura de parecer do Deputado Mário Motta ao PL./0558/2025, de autoria do Deputado Adilson Girardi, que autoriza profissionais da área da saúde e afins responsáveis pela supervisão terapêutica de alunos/pacientes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), Deficiência Intelectual (DI) ou outros transtornos e síndromes a realizarem visitas para Observação Escolar em unidades de ensino públicas e privadas no Estado de Santa Catarina, e dá outras providências; exarou parecer pela aprovação, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Ato contínuo, o Deputado Rodrigo Minotto relatou o PL.0008/2019, de autoria do Deputado Ivan Naatz, que obriga as Concessionárias de Rodovias do Estado de Santa Catarina a disponibilizarem cancelas ou passagens exclusivas para uso de motociclistas, especialmente no período de verão, dias de chuvas intensas ou de instabilidades climáticas, a que foi apensado o PL./0195/2025, de autoria do Deputado Rodrigo Minotto, que dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de cancelas exclusivas para motocicletas nas praças de pedágio no âmbito do Estado de Santa Catarina; exarou parecer pela aprovação nos termos de emenda substitutiva global, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Na sequência, foi retirado de pauta o PL./0227/2023, de autoria do Deputado Marquito, que institui o Programa Ensino Sustentável, no âmbito das unidades da Rede Pública Estadual de Ensino. Dando continuidade, o Senhor Presidente fez a relatoria em bloco das seguintes matérias, ambas de autoria do Governador do Estado: PL./0082/2026, que autoriza a doação de imóvel no Município de Joinville; e PL./0019/2026, que autoriza a cessão de uso compartilhado de imóveis no Município de Dionísio Cerqueira; exarou pareceres favoráveis, que foram aprovados por unanimidade. O Senhor Presidente relatou ainda o PL./0225/2026, de autoria do Deputado Julio Garcia, que declara de utilidade pública a Ação Social de Barreiros, do município de São José, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que “Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina”; exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo

a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e encerrou a presente reunião, da qual eu, Roberto Curcio, Assessor Técnico de Comissão Permanente, lavrei esta Ata, que, após lida e aprovada pelos membros do colegiado, será assinada pelo Senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia.

Sala de Reuniões das Comissões, 29 de abril de 2026.

Deputado **Ivan Naatz**

Presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público

Processo SEI 26.0.000033959-7

* * *

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTES E LAZER DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA

No dia 19 de maio de 2026, às 11h30, em cumprimento aos artigos 133 e 136 do Regimento Interno, reuniram-se na Sala de Reunião das Comissões e por videoconferência, sob a presidência do Senhor Deputado Camilo Martins, os Senhores Deputados membros da Comissão: Deputado Jessé Lopes, substituindo o Deputado Carlos Humberto, Deputado Mauro de Nadal, Deputado Marcius Machado e Deputado Marquito. Ausências justificadas do Senhor Deputado Mário Motta, conforme Ofício Interno nº 2316100/2026; e do Senhor Deputado Rodrigo Minotto, conforme Ofício Interno nº 2316040/2026. Havendo quórum regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a 3ª Reunião Ordinária da Comissão de Esportes e Lazer da 4ª Sessão Legislativa da 20ª Legislatura, saudando os presentes e submetendo à apreciação a ata da 2ª Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa da 20ª Legislatura, a qual foi aprovada por unanimidade. Dando início à Ordem do Dia, passou-se à discussão e votação dos pareceres. O Senhor Presidente relatou em bloco os projetos: PL./0583/2025, de autoria do Deputado Dr. Vicente Caropreso, que declara de utilidade pública a Sociedade Cultural, Esportiva e Recreativa Aliança, de Jaraguá do Sul e Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que "Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina" para fazer constar nele o nome de tal entidade; PL./0137/2026, de autoria do Deputado Dr. Vicente Caropreso, que declara de utilidade pública a Associação de Apoio às Atividades Equestres - ASAPATE, de Araranguá e Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que "Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina" para fazer constar nele o nome de tal entidade; PL./0226/2026, de autoria do Deputado Jessé Lopes, que declara de utilidade pública o Clube de Tiro Desportivo do Vale do Araranguá, de Araranguá, e Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que "Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina" para fazer constar nele o nome de tal entidade; PL./0266/2026, de autoria do Deputado José Milton Scheffer, que declara de utilidade pública a Associação Atlética Cultural Juventus, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que "Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina"; PL./0288/2026, de autoria do Deputado Julio Garcia, que declara de utilidade pública estadual a Associação Barçenortense de Bocha, de Braço do Norte, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que "Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina"; e extrapauta, com anuência dos demais Senhores Deputados, o PL./0228/2026, de autoria do Deputado Julio Garcia, que declara de utilidade pública a Associação Atlética Banco do Brasil - AABB, de Tubarão, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que "Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina" para fazer constar nele o nome de tal entidade. Exarou pareceres favoráveis, os quais foram submetidos à discussão e votação, em bloco, restando aprovados por unanimidade. Na sequência, o Senhor Presidente procedeu à leitura dos relatórios e votos do Senhor Deputado Marcius Machado ao PL./0653/2025, de autoria do Deputado Rodrigo Minotto, que institui o Programa Estadual de Incentivo à Prática Segura do "Grau" e de Manobras Esportivas com Bicicletas no âmbito do Estado de Santa Catarina, e estabelece outras providências. O Relator exarou parecer favorável, que, submetido à discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. E, em bloco, os projetos: PL./0657/2025, de autoria do Deputado Alex Brasil, que declara de utilidade pública da Associação Desportiva e Cultural Xadrez São José (ADCXSJ) e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que "Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina"; PL./0762/2025, de autoria da Deputada Ana Campagnolo, que declara de utilidade pública a Associação Para Transformação Social, de Balneário Camboriú e Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que "Consolida os atos

normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina" para fazer constar nele o nome de tal entidade; PL./0778/2025, de autoria do Deputado Vicente Caropreso, que declara de utilidade pública a Associação Pedal da Grande Florianópolis e Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que "Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina" para fazer constar nele o nome de tal entidade; e PL./0046/2026, de autoria da Deputada Ana Campagnolo, que declara de utilidade pública a Associação Araranguense de Natação, de Araranguá, e Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que "Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina" para fazer constar nele o nome de tal entidade. O Relator exarou pareceres favoráveis, os quais foram submetidos à discussão e votação, em bloco, restando aprovados por unanimidade. Ato contínuo, o Senhor Deputado Mauro de Nadal relatou, também em bloco, os projetos: PL./0162/2026, de autoria do Deputado Rodrigo Minotto, que declara de utilidade pública Instituto Arvoredo de Basquetebol-IAB, de Florianópolis e Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que "Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina" para fazer constar nele o nome de tal entidade; PL./0183/2026, de autoria do Deputado Lucas Neves, declara de Utilidade Pública a Associação Lageana de Futsal - ALF, de Lages, e Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que "Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina"; e PL./0250/2026, de autoria do Deputado Volnei Weber, que declara de utilidade pública a Associação Esportiva e Recreativa Caiçara, com sede no Município de Içara/SC e Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que "Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina" para fazer constar nele o nome de tal entidade. Exarou pareceres favoráveis, os quais foram submetidos à discussão e votação, em bloco, restando aprovados por unanimidade. Na sequência, o Senhor Deputado Jessé Lopes procedeu à leitura dos relatórios e votos do Senhor Deputado Carlos Humberto às seguintes matérias: PL./0042/2026, de autoria do Deputado Maurício Peixer, que declara de utilidade pública a Super Liga de Mountain Bike - SLMB, de Timbó e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que "Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina"; exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. PL./0174/2026, de autoria do Deputado Junior Cardoso, que declara de utilidade pública o Centro de Excelência UNI G.R, de Balneário Camboriú e Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que "Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina" para fazer constar nele o nome de tal entidade; exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. PL./0016/2023, de autoria do Deputado Jessé Lopes, que delimita o sexo biológico como critério único de definição de gênero de competidores e atletas para fins de participação em partidas e práticas desportivas no âmbito do Estado de Santa Catarina; exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Ato contínuo, o Senhor Presidente procedeu à leitura dos relatórios e votos, em bloco, do Senhor Deputado Mário Motta às seguintes matérias: PL./0731/2025, de autoria do Deputado Fernando Krelling, que declara de utilidade pública a Associação Itajaí Pró Vôlei, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que "Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina"; PL./0833/2025, de autoria do Deputado Marcos da Rosa, que declara de utilidade pública o Instituto Inclusivo Social de Esportes Radicais - ISER, de Itajaí, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que "Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina", e PL./0039/2026, de autoria do Deputado José Milton Scheffer, que declara de utilidade pública a Associação de Vôlei do Vale do Araranguá - AVVA, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que "Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina". O Relator exarou pareceres favoráveis, os quais foram submetidos à discussão e votação, em bloco, restando aprovados por unanimidade. Por fim, o Senhor Presidente procedeu à leitura dos relatórios e votos do Senhor Deputado Marquito às seguintes matérias: PL./0708/2025, de autoria do Deputado Mário Motta, que altera o Anexo I da Lei nº 16.720, de 2015, que Consolida as Leis que dispõem sobre denominação de bens públicos no âmbito do Estado de Santa Catarina, para denominar o Ginásio de Esporte Carequinha como Aurélio Nardi, no município de Seara; exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. E em bloco, o PL./0823/2025, de autoria do Deputado Adilson Girardi, que declara de utilidade

pública Associação Limeira Futebol Clube de Biguaçu e Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que "Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina" para fazer constar nele o nome de tal entidade e o PL./0098/2026, de autoria do Deputado Emerson Stein, que declara de utilidade pública Associação Miranda de Artes Marciais - AMAM, de Tijucas, SC e Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que "Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina" para fazer constar nele o nome de tal entidade; exarou pareceres favoráveis, os quais foram submetidos à discussão e votação, em bloco, restando aprovados por unanimidade. Sem mais matérias a serem apreciadas, o Senhor Presidente franqueou a palavra aos presentes. Não havendo manifestações, agradeceu a presença dos Senhores Deputados e encerrou a presente reunião, da qual eu, Tatiane Mariza de Souto, Assessora Técnica de Comissão Permanente, lavrei esta Ata, que, após lida e aprovada pelos membros do colegiado, será assinada pelo Senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Florianópolis, 19 de maio de 2026.

Deputado **Camilo Martins**

Presidente da Comissão de Esportes e Lazer

Processo SEI 26.0.000033958-9

REDAÇÕES FINAIS

REDAÇÕES FINAIS

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 007/2026

Denomina Olvides Waldomiro Grosbelli o trecho da Rodovia Estadual SC-156, entre os Municípios de São Domingos e Mariópolis, no Paraná, e altera o Anexo II da Lei nº 16.720, de 2015, que consolida as Leis que dispõem sobre denominação de bens públicos no âmbito do Estado de Santa Catarina.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica denominado Olvides Waldomiro Grosbelli o trecho da Rodovia Estadual SC-156, entre os Municípios de São Domingos e Mariópolis/PR.

Art. 2º O Anexo II da Lei nº 16.720, de 8 de outubro de 2015, passa a vigorar com a alteração constante do Anexo Único desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 18 de junho de 2026.

Deputado **Pepê Collaço**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

ANEXO ÚNICO

(Altera o Anexo II da Lei nº 16.720, de 8 de outubro de 2015)

"ANEXO II

BENS PÚBLICOS - INTERMUNICÍPIOS

.....		
	SÃO DOMINGOS E MARIÓPOLIS/PR	LEI ORIGINAL Nº
.....		
	Denomina Olvides Waldomiro Grosbelli o trecho da Rodovia Estadual SC-156 entre São Domingos e Mariópolis/PR.	
.....		

" (NR)

_____ * * * _____

EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL AO PROJETO DE LEI Nº 037/2026

O Projeto de Lei nº 037/2026 passa a ter a seguinte redação:

“PROJETO DE LEI Nº 037/2026

Declara de utilidade pública a Associação Proteção Amor Integral (PAI), de Camboriú, e Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que ‘Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina’.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual a Associação Proteção Amor Integral (PAI), com sede no Município de Camboriú.

Art. 2º O Anexo Único da Lei nº 18.278, de 20 de dezembro de 2021, passa a vigorar com a alteração constante no Anexo Único desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Sessões,

Deputado **Matheus Cadorin**

Relator

“ANEXO ÚNICO

(Altera o Anexo da Lei nº 18.278, de 20 de dezembro de 2021)

ANEXO ÚNICO

ENTIDADES DECLARADAS DE UTILIDADE PÚBLICA

.....	
CAMBORIÚ	LEIS
.....	
Associação Proteção Amor Integral (PAI)	
.....	

” (NR)

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 037/2026

Declara de utilidade pública a Associação Proteção Amor Integral (PAI), de Camboriú, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual a Associação Proteção Amor Integral (PAI), com sede no Município de Camboriú.

Art. 2º O Anexo Único da Lei nº 18.278, de 20 de dezembro de 2021, passa a vigorar com a alteração constante do Anexo Único desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 18 de junho de 2026.

Deputado **Pepê Collaço**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

ANEXO ÚNICO

(Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 20 de dezembro de 2021)

“ANEXO ÚNICO

ENTIDADES DECLARADAS DE UTILIDADE PÚBLICA

.....		
	CAMBORIÚ	LEIS
.....		
	Associação Proteção Amor Integral (PAI)	
.....		

” (NR)

_____ * * * _____

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 124/2026

Declara de utilidade pública a Associação Capitão Caverna, de Blumenau, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual a Associação Capitão Caverna, com sede no Município de Blumenau.

Art. 2º O Anexo Único da Lei nº 18.278, de 20 de dezembro de 2021, passa a vigorar com a alteração constante do Anexo Único desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 18 de junho de 2026.

Deputado **Pepê Collaço**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

ANEXO ÚNICO

(Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 20 de dezembro de 2021)

“ANEXO ÚNICO**ENTIDADES DECLARADAS DE UTILIDADE PÚBLICA**

.....		
	BLUMENAU	LEIS
.....		
	Associação Capitão Caverna	
.....		

” (NR)

CADERNO ADMINISTRATIVO**GESTÃO DE PESSOAL, NORMATIVA, FISCAL E DE MATERIAIS****ATOS DA MESA****ATO DA MESA Nº 240, de 25 de junho de 2026**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento no art. 65, § 6º, inciso I, § 9º e § 10, todos da Lei Complementar nº 412/2008

CONCEDER APOSENTADORIA por tempo de contribuição, ao servidor **ROCLER RECH**, matrícula nº 2097, no cargo de Analista Legislativo II, habilitação Nível Médio, código PL/ALE-25, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, com proventos integrais e paridade na forma da lei, a contar de 1º de julho de 2026.

Deputado **JULIO GARCIA** - Presidente

Deputada **Ana Campagnolo** - Secretária

Deputado **Jair Miotto** - Secretário

Processo SEI 26.0.000028419-9

ATO DA MESA Nº 241, de 25 de junho de 2026

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

DISPENSAR o servidor **ALEXANDRE LUIS SOARES**, matrícula nº 1256, da função de GERÊNCIA - CONTROLE E REGISTRO DE PROPOSIÇÕES, código PL/FC-5, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de julho de 2026 (DL - COORDENADORIA DAS COMISSÕES).

Deputado **JULIO GARCIA** - Presidente

Deputada **Ana Campagnolo** - Secretária

Deputado **Jair Miotto** - Secretário

Processo SEI 26.0.000033243-6

_____ * * * _____

ATO DA MESA Nº 242, de 25 de junho de 2026

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

DISPENSAR a servidora **LUCIANA GARCIA WINCK**, matrícula nº 7244, da função de GERÊNCIA DE COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, código PL/FC-5, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de julho de 2026 (DL - COORDENADORIA DAS COMISSÕES).

Deputado **JULIO GARCIA** - Presidente

Deputada **Ana Campagnolo** - Secretária

Deputado **Jair Miotto** - Secretário

Processo SEI 26.0.000033243-6

_____ * * * _____

ATO DA MESA Nº 243, de 25 de junho de 2026

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

FAZER CESSAR a Gratificação de Exercício no valor equivalente à PL/FC-3 atribuída à servidora **MICHELLI BURIGO COAN**, matrícula nº 7520, por meio do Ato da Mesa nº 410, de 20 de maio de 2025, a contar de 1º de julho de 2026 (DL - CC - COMISSAO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE).

Deputado **JULIO GARCIA** - Presidente

Deputada **Ana Campagnolo** - Secretária

Deputado **Jair Miotto** - Secretário

Processo SEI 26.0.000033243-6

_____ * * * _____

ATO DA MESA Nº 244, de 25 de junho de 2026

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,*

DESIGNAR a servidora **LUCIANA GARCIA WINCK**, matrícula nº 7244, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer a função de GERÊNCIA - CONTROLE E REGISTRO DE PROPOSIÇÕES, código PL/FC-5, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de julho de 2026 (DL - COORDENADORIA DAS COMISSÕES).

Deputado **JULIO GARCIA** - Presidente

Deputada **Ana Campagnolo** - Secretária

Deputado **Jair Miotto** - Secretário

Processo SEI 26.0.000033243-6

_____ * * * _____

ATO DA MESA N° 245, de 25 de junho de 2026

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução n° 002, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015, c/c o art. 1° do Ato da Mesa n° 160, de 15 de agosto de 2007,*

DESIGNAR a servidora **MICHELLI BURIGO COAN**, matrícula n° 7520, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer a função de GERÊNCIA DE COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, código PL/FC-5, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1° de julho de 2026 (DL - COORDENADORIA DAS COMISSÕES).

Deputado **JULIO GARCIA** - Presidente

Deputada **Ana Campagnolo** - Secretária

Deputado **Jair Miotto** - Secretário

Processo SEI 26.0.000033243-6

_____ * * * _____

ATO DA MESA N° 246, de 25 de junho de 2026

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1° Retificar, a Resolução n° 212/1989, o nome da servidora ELVIRA ELIZABET BARALDI, para **ELVIRA ELIZABETE BARALDI**.

Art. 2° Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado **JULIO GARCIA** - Presidente

Deputada **Ana Campagnolo** - Secretária

Deputado **Jair Miotto** - Secretário

Processo SEI 26.0.000033876-0

PORTARIAS**PORTARIA N° 1488, de 25 de junho de 2026**

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria n° 071, de 5 de fevereiro de 2016, com fulcro no parágrafo único do art. 18 da Resolução n° 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei n° 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR os servidores abaixo relacionados do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1° de julho de 2026 (GAB DEP RODRIGO MINOTTO)

Matrícula	Nome	Nível
13857	ALEXANDRE PEREIRA CAMINHA	PL/GAB-68
12904	GRACIELA WIEMES RIBEIRO	PL/GAB-55
13730	JEFERSON CHUPEL	PL/GAB-65
13339	JULIA DOS SANTOS OPUSKI DE ALMEIDA	PL/GAB-42
13534	VICTORIA SALGADO FIGUEIREDO GOMES	PL/GAB-34

Oberdan Francisco Ferrari

Diretor de Gestão de Pessoas

Processo SEI 26.0.000030641-9

_____ * * * _____

PORTARIA N° 1489, de 25 de junho de 2026

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria n° 071, de 5 de fevereiro de 2016, com fulcro no parágrafo único do art. 18 da Resolução n° 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR os servidores abaixo relacionados do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAL, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2026 (LIDERANÇA DO PDT).

Matrícula	Nome	Nível
8462	ANA MARIS DE LIZ	PL/GAL-57
9138	ROBERTO LUIZ SALUM	PL/GAL-68

Oberdan Francisco Ferrari

Diretor de Gestão de Pessoas

Processo SEI 26.0.000030650-8

EDITAIS, LICITAÇÕES, CONVÊNIOS E CONTRATOS

EXTRATOS

EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 029/2023

4º Termo Aditivo ao Contrato nº 029/2023, celebrado entre a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc) e a empresa Primer Produção e Locação Ltda., que tem por objeto prestação de serviços de produção e transmissão de sinais digitais de rádio para a Rádio AL, incluindo locação, instalação de equipamentos, manutenção contínua e fornecimento de mão-de-obra especializada.

PREÂMBULO

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc), inscrita no CNPJ sob o nº 83.599.191/0001-87, com sede na Rua Doutor Jorge Luz Fontes nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, telefone (48) 3221-2752, e-mail dcs@ale.sc.gov.br, representada neste ato pelo Senhor Roberto Carlos Garcia, Coordenador de Gestão e Publicidade.

CONTRATADA: Primer Produção e Locação Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 00.729.393/0001-79, com sede na Rua Celso Martins da Silveira, nº 208, Carianos, Florianópolis/SC, CEP 88.047-660, telefone (48) 3236-1124 / (48) 99156-0578, e-mail direcaoprimer@gmail.com, neste ato representada pela Senhora Marilei Aparecida Niszezak Bettin, Sócia-Administradora.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

- Art. 65, inciso I, alínea "b", da Lei nº 8.666/1993;
- Ato da Mesa nº 149/2020, com suas alterações, e Ato da Mesa nº 195/2020; e
- Autorização Administrativa através do despacho exarado pela Coordenadoria de Gestão e Publicidade (2331516), nos autos do processo que tramita no SEI sob o nº 26.0.000021270-8.

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1. O presente termo aditivo tem por objeto a alteração quantitativa do objeto do Contrato nº 029/2023, mediante o aumento da quantidade dos itens 1, 3, 5 e 8, conforme discriminado a seguir:

ITEM	QUANTIDADE ATUAL	UNIDADE	CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS	VALOR UNITÁRIO ATUAL	VALOR MENSAL ATUAL	VALOR ANUAL ATUAL	QUANTIDADE ACRESCIDA	QUANTIDADE COM ACRÉSCIMO	VALOR MENSAL ACRESCIDO	VALOR ANUAL ACRESCIDO	VALOR MENSAL COM ACRÉSCIMO	VALOR ANUAL COM ACRÉSCIMO
1	2	EQPTO	Caixa de som ativa 2 vias	R\$69,31	R\$138,62	R\$1.663,44	2	4	R\$138,62	R\$1.663,44	R\$277,24	R\$3.326,88
3	1	EQPTO	Mesa de áudio tipo console	R\$590,76	R\$590,76	R\$7.089,12	1	2	R\$590,76	R\$7.089,12	R\$1.181,52	R\$14.178,24
5	2	EQPTO	Microfone para estúdio e apresentador	R\$121,98	R\$243,96	R\$2.927,52	6	8	R\$731,88	R\$8.782,56	R\$975,84	R\$11.710,08
8	3	EQPTO	Fone de Ouvido Profissional	R\$10,55	R\$31,65	R\$379,80	5	8	R\$52,75	R\$633,00	R\$84,40	R\$1.012,80

1.2. Em decorrência dessas alterações, o valor mensal do contrato passa de R\$22.793,26 (vinte e dois mil setecentos e noventa e três reais e vinte e seis centavos) para R\$24.307,27 (vinte e quatro mil trezentos e sete reais e vinte e sete centavos) e o valor anual do contrato passa de R\$273.519,12 (duzentos e setenta e três mil quinhentos e dezenove reais e doze centavos) para R\$291.687,24 (duzentos e noventa e um mil seiscentos e oitenta e sete reais e vinte e quatro centavos), representando um acréscimo de 6,64% (seis vírgula sessenta e quatro por cento) em relação ao valor inicial atualizado do contrato, conforme discriminado a seguir:

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
1	4	EQPTO	Caixa de som ativa 2 vias	R\$69,31	R\$277,24	R\$3.326,88
2	2	EQPTO	Processador de áudio para microfone	R\$126,87	R\$253,74	R\$3.044,88
3	2	EQPTO	Mesa de áudio tipo console	R\$590,76	R\$1.181,52	R\$14.178,24
4	1	EQPTO	Switch Ethernet gigabit	R\$33,23	R\$33,23	R\$398,76
5	8	EQPTO	Microfone para estúdio e apresentador	R\$121,98	R\$975,84	R\$11.710,08
6	1	EQPTO	Régua de energia	R\$13,07	R\$13,07	R\$156,84
7	1	EQPTO	No-Break	R\$134,73	R\$134,73	R\$1.616,76
8	8	EQPTO	Fone de Ouvido Profissional	R\$10,55	R\$84,40	R\$1.012,80
9	1	EQPTO	Híbrida (para uso de telefone)	R\$64,79	R\$64,79	R\$777,48
10	1	EQPTO	Exibidor de programas de rádio	R\$3.765,73	R\$3.765,73	R\$45.188,76
11	2	SV	Editor de áudio	R\$8.761,49	R\$17.522,98	R\$210.275,76
VALORES TOTAIS					R\$24.307,27	R\$291.687,24

CLÁUSULA SEGUNDA DAS CONDIÇÕES GERAIS

2.1. O presente termo entra em vigor na data de sua assinatura, permanecendo ratificadas todas as demais cláusulas e condições do contrato original.

Florianópolis/SC, assinado e datado eletronicamente.

CONTRATANTE

Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc)

Roberto Carlos Garcia

Coordenador de Gestão e Publicidade

CONTRATADA

Primer Produção e Locação Ltda.

Marilei Aparecida Niszezak Bettin

Sócia-Administradora



Processo SEI 26.0.000021270-8

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2026

ÓRGÃO GERENCIADOR: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (ALESC).

FORNECEDOR REGISTRADO: INOVA TECH INFORMÁTICA LTDA

CNPJ: 28.706.488/0001-96

OBJETO: Inclusão da marca Multi/TL067M, como opção alternativa de fornecimento do Item 2 - Televisor de 50 polegadas da Ata de Registro de Preços nº 005/2026, passando referido item a admitir o fornecimento de equipamentos das marcas EFL/50SX815UD e Multi/TL067M.

VIGÊNCIA: O presente termo entra em vigor na data de sua assinatura, permanecendo ratificadas todas as demais cláusulas e condições do contrato original.

DATA DA ASSINATURA: 23/06/2026.

SIGNATÁRIOS: Leonardo Lorenzetti, Diretor-Geral; Vítor Luiz Soares Bartelega, Diretor Administrativo e Francieli Bagatoli, Representante Legal da Contratada.



Processo SEI 26.0.000029200-0